



AGROECOLOGIA NA PRÁXIS DECOLONIAL: APONTAMENTOS E REFLEXÕES.

Emely Christine Sulino de Melo ¹

RESUMO

Os estudos descoloniais vêm trazendo diversas questões relacionadas a lógica do mundo moderno colonial. Quando se fala de agricultura o processo descolonial se materializa a partir do momento em que se há o questionamento quanto a lógica dominante do agronegócio. Assim, as experiências agroecológicas vêm desempenhando esse papel de contraposição, através de processos e estratégias, enquanto ciência, movimento e prática. A pesquisa em tela tem como objetivo apontar e refletir a Agroecologia como importante perspectiva na quebra/superação das colonialidades do poder, saber, ser e da natureza. Dessa forma, neste trabalho, foi elencada algumas estratégias e particularidades da Agroecologia como forma de garantir a valorização dos sujeitos, saberes e dos territórios, apontando caminhos para além de uma agricultura pautada somente no discurso progressista/desenvolvimentista.

Palavras-chave: Descolonialidade, Agroecologia, Giro descolonial, Saberes, Metodologias participativas.

RESUMEN

Los estudios decoloniales han planteado varias preguntas sobre la lógica del mundo colonial moderno. Cuando hablamos de agricultura, el proceso decolonial se materializa desde el momento en que se cuestiona la lógica dominante del agronegocio. Así, las experiencias agroecológicas vienen jugando este papel de oposición, a través de procesos y estrategias, como ciencia, movimiento y práctica. La investigación tiene como objetivo señalar y reflexionar sobre la Agroecología como una perspectiva importante para romper/superar las colonialidades del poder, el conocimiento, el ser y la naturaleza. Así, en este trabajo se enumeraron algunas estrategias y particularidades de la Agroecología como forma de garantizar la valorización de sujetos, saberes y territorios, señalando caminos más allá de una agricultura basada únicamente en el discurso progresista/desarrollista..

Palabras clave: Descolonialidad, Agroecología, Giro Decolonial, Conocimiento, Metodologías Participativas.

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa parte do entendimento de Quijano (2005) no qual o processo de continuidade do sistema de dominação, pós fim da dominação política das colônias, se deu pela permanência das colonialidades, guiada pela centralidade da Europa, colocada como única referência para outras sociedades. Esse processo gerou padrões que reverberam na sociedade

¹ Doutoranda em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, emelychristinegeo@gmail.com.

anual, extinguindo as particularidades e invisibilizando o pluralismo de saberes e existências dos povos e territórios.

Na agricultura, essa herança colonial foi e é guiada por processos de exploração, controle de terras e pessoas. A concepção de desenvolvimento no âmbito agrário se associou ao progresso e logo se tornou um modelo hegemônico que teve como prioridade expandir o agronegócio mundialmente. Nesse sentido, a revolução verde foi um dos principais meios de expandir o capital e fortalecer essa dominação no sistema agrícola, reforçando as colonialidades, invisibilizando saberes e práticas e tornando as pessoas e comunidades reféns do saber imposto por grandes estruturas da agricultura de base industrial. “A Revolução Verde foi concebida como um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra – conjugado ao difusionismo tecnológico, bem como a uma base ideológica de valorização do progresso.” (PEREIRA, 2012. p. 187)

Em contrapartida, o pensamento decolonial surge como um processo chave no questionamento desses padrões e classificações do mundo moderno colonial. Trata-se do ponto de partida para refletir e questionar esse sistema de dominação, repressão e destruição. É uma perspectiva que busca a liberdade em ser, sentir, saber e vivenciar o mundo.

Em vista disso, é fundamental pensar em estratégias para pôr em prática esse pensamento decolonial, aqui apontaremos como caminho a Agroecologia compreendendo-a enquanto uma ciência, movimento e prática na construção de um novo paradigma emergente, na qual as práticas e os saberes populares sejam reconhecidos e valorizados.

METODOLOGIA

Para a realização desse trabalho foi utilizada a abordagem epistemológica decolonial que para Lander (2005) é uma forma de pensar criticamente de maneira radical sobre a colonialidade do poder e do saber fruto do pensamento ocidental eurocêntrico. As ideias aqui apresentadas são resultados de pesquisas bibliográficas sobre o tema, bem como reflexões oriundas de leituras e debates da participação da autora em seminários, grupos de trabalhos, debates, espaços horizontais junto com pesquisadores e pesquisadoras, estudantes, integrantes de movimentos sociais, protagonistas da prática agroecológica e participação no Núcleo de Educação, Pesquisa e Práticas em Agroecologia e Geografia (NEPPAG Ayni).

REFERENCIAL TEÓRICO

O processo de colonização do Brasil teve como principal referência o modelo de hierarquias e dicotomias proporcionadas pelo colonizador europeu. Mesmo com o fim das colônias, esse momento da história, promoveu padrões, referências e normas que se propagam pela colonialidade. Para Cruz (2017, p. 15) “Longe de ser algo irrelevante, a colonialidade é um resíduo irreduzível de nossa formação social e está arraigada em nossa sociedade.” A colonialidade se multiplica na medida que a ideologia dominante europeia assume um papel de superioridade com o colonizado, controlando, invisibilizando e extinguindo as mais variadas formas de sentir, ser, perceber e saber das pessoas, dos povos e dos territórios já existentes. Nesse sentido Maldonado-Torres (2007) nos situa em pensar a colonialidade nos dias atuais: “Ela se mantém viva em textos didáticos, nos critérios para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no sentido comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros aspectos de nossa experiência moderna”(MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131).

Mignolo (2003) reflete que a colonialidade se reproduz em três dimensões: do saber, do poder e do ser. No que se refere a colonialidade do saber, a colonialidade promove um padrão cognitivo, epistêmico e cultural que influencia a maior parte da produção intelectual, dando o protagonismo para o conhecimento eurocêntrico e o colocando como o único conhecimento válido a ser seguido na modernidade (CRUZ, 2017). Já a colonialidade do ser é visualizada nas regras de fortalecimento de um padrão intelectual, sexual, estético, religioso, simbólico, corporal, dentre outros, diante das relações em sociedade. Esse paradigma dominante assegura o controle por parte da colonialidade do poder, garantindo a dominação da existência humana guiada por uma única lógica.

Na agricultura essa colonialidade é imposta pela imposição de um único saber, uma única cultura sobrepostas nas outras agriculturas já existentes que foram silenciadas, conforme ressalta Silva e Pereira (2020, p. 372) “Nesse sentido, reforça-se que tal modelo de desenvolvimento desconsidera os saberes, o modo de vida e as cosmologias daqueles que fazem agricultura há mais de dez mil anos – camponeses e camponesas.” Rufino (2019, p. 116) sinaliza que “Para o colonialismo, não bastou o vigor de sua política de não existência, destituição ontológica daqueles submetidos como não brancos, foi preciso também se empenhar em um controle das dimensões da linguagem enunciada por esses grupos.” Nesse sentido, há o apagamento histórico das práticas das agriculturas dos povos em substituição por uma agricultura guiada por máquinas, latifúndios, agrotóxicos e transgênicos.

Hecht (1993) destaca que há três fatores que colaboraram na necessidade, por parte do desenvolvimento, de apagamento dos saberes não ocidentais:

“i) “A destruição dos meios de codificação, regulação e transmissão das práticas agrícolas; ii) A dramática transformação de muitas sociedades indígenas não ocidentais e dos sistemas de produção em que baseavam como resultado de um colapso demográfico, da escravidão e do colonialismo e de processos de mercado; iii) O surgimento da ciência positivista” (HECHT, 1993, p. 03)

Em contrapartida, a perspectiva descolonial, busca transgredir essa herança colonial. Para Saquet (2022) trata-se de um movimento de rompimento da dependência e subordinação do eurocentrismo e do universalismo, em busca de uma mudança radical na mentalidade e nas práticas da sociedade. “Esse processo requer portanto uma opção teórico-metodológico e postura político-ideológico muito clara e firme a favor da descolonização das nossas mentes e práticas, dos nossos conhecimentos e métodos, das nossas técnicas e tecnologias.” (SAQUET, 2022, p. 28). Freire (1987) entende que para a ação descolonizante, é preciso que o oprimido reconheça sua posição e tenha o desejo de se libertar: “Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “conivência” com o regime opressor.” (FREIRE, 1987, p. 32)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Walsh (2013) propõe que a descolonização é uma prática de reumanização diante das estruturas materiais e simbólicas que assediam a humanidade dos seres humanos. Assim, no âmbito das agrárias entende-se que, a busca por uma agricultura que vá além de um pacote pronto, é um elemento essencial na luta contra o modelo colonial homogêneo de agricultura. Isso é exemplificado em diversas experiências de camponeses e camponesas que constroem a Agroecologia e se negam a participar das expressões hierárquicas de poder. Como por exemplo, destacamos o Polo da Borborema² na Paraíba, um território agroecológico que se nega receber sementes envenenadas. Tal território, resiste todos os dias ao assédio das empresas que fabricam as sementes transgênicas, “é justamente nesse campo de resistência que se vai construindo a identidade da agricultura camponesa na região.” (SILVEIRA et al., 2010, p. 15). Zibechi (2015) reflete que essa resistência cotidiana garante repreensão aos dominadores e sustenta e cria territórios na qual os sujeitos habitam a partir de variados modos de vidas não hegemônicos.

² Para conhecer mais a experiência acessar:
https://aspta.org.br/files/2019/10/Artigo2_Agriculturas_MAR2010_Site.pdf

Nesse sentido, é essencial pensar em uma Agroecologia na qual ciência-movimento-prática caminhem juntos como um plano político pedagógico para superação do padrão produtivo convencional e promova um equilíbrio agroecossistêmico. “A agroecologia foi definida como um novo paradigma produtivo, como uma constelação de ciências, técnicas e práticas para uma produção ecologicamente sustentável, no campo” (LEFF, 2002, p.36). Dessa forma, a Agroecologia tem conseguido apoiar o processo de transição do modelo desenvolvimento rural convencional vigente para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura mais sustentáveis (CAPORAL; COSTABEBER, 2000) através do apoio de instituições, organizações e movimentos que acreditam no poder de transformação da Agroecologia. Luzzi (2007) entende que a transição para Agroecologia vai além de uma mudança técnica produtiva, trata-se de um processo político pedagógico: “várias pessoas e grupos sociais passam a identificar na agroecologia um caminho para fortalecer suas reivindicações e alcançar seus próprios objetivos” (LUZZI, 2007, p. 04). Nesse sentido compreende-se a Agroecologia muito além das questões ambientais e produtivas, visto que, há interação entre as dimensões social, cultural, econômica e política.

Ademais, as experiências agroecológicas presentes no território podem contribuir com autonomias que trazem alternativas aos processos de dominação. A relação das pessoas que praticam Agroecologia com a natureza possibilita ir construindo outra territorialidade para além do território do desenvolvimento vinculado ao mercado, reforçando que é possível ter um pensamento decolonial e ir construindo um horizonte renovado de superação do Estado patriarcal, colonial, racista e classista. Para Machado e Machado Filho (2017) a Agroecologia permite a superação das monoculturas e dos desafios que são proporcionados por elas:

“A agroecologia, como nós compreendemos, dispõe dos conhecimentos para superar a monocultura e a quebra da biodiversidade, consequências inexoráveis do agronegócio. Assim como se pôde, através dela, resgatar a cidadania dos pequenos pode-se, também, produzir alimentos limpos na escala que a humanidade demanda, naturalmente, com outros métodos, onde a proteção à diversidade é axiomática (MACHADO & MACHADO FILHO, p. 37, 2017).

Essas experiências nos dão elementos para vislumbrar uma relação mútua, não hierarquizada, ao qual o ser humano está integrado com a natureza, baseada em uma visão de reciprocidade na qual não existe superioridade. Para Mies e Shiva (2007) as dimensões ecológica e feminista são essenciais para transformação da concepção e gestão do território, em um modelo que cuide da terra ao mesmo tempo que permita a coexistência digna dos povos de forma igualitária. Diante disso, a Agroecologia vem se aproximando do debate descolonial,

garantindo o fortalecimento da luta, conforme ressaltamos na Carta Agroecológica do Cerrado, oriunda do X Congresso Brasileiro de Agroecologia (2017): “Lutamos por uma ciência crítica, descolonizada, despatriarcal, anticapitalista, antirracista, antilesbofóbica, antihomofóbica comprometida com a transformação da sociedade e a construção de novos paradigmas” (ABA AGROECOLOGIA, 2017, p. 5). Ao passo desse debate, as bandeiras levantadas pela Agroecologia, tais como, “Se tem racismo não há Agroecologia” e “Sem feminismo não há Agroecologia” reforçam a busca por um modo de vida com relações mais justas e igualitárias.

Nessa perspectiva, é levantado mais um ponto importante no processo de descolonização: o rompimento das barreiras de gênero e raça impostas pelo pensamento europeu, branco, patriarcal e racista. Para Lugones (2014, p. 940) “Descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida no social.” Nesse sentido a Agroecologia vêm trabalhando na valorização e reconhecimento do protagonismo feminino na atividades das mulheres dentro do sistema de produção familiar (hortas, pomares, pequenos animais, transformação caseira de produtos) envolvendo-se na participação de várias etapas do processo produtivo (SILIPRANDI, 2015, p.105).

Outro ponto importante a ser destacado é a epistemologia ocidental como principal expressão da colonialidade na invisibilização e extinção dos saberes diversos (DUSSEL, 2004). Dessa forma, como modo de reverter essa expressão, as práticas agroecológicas têm buscado a valorização e recuperação dos saberes tradicionais de base camponesa, relacionada aos povos. Por conseguinte, visibilizar as variadas formas de perceber e experimentar o mundo que foram invisibilizadas pela colonialidade do saber. Não se trata de desqualificar o modelo de ciência atual, mas, garantir que outros conhecimentos tenham funções e legitimidades igualitárias.

Conforme Pereira (2016) a Agroecologia é um paradigma emergente, que está em confronto direto com o paradigma dominante em um contexto problemático de uma sociedade ocidental, cartesiana, reducionista, tecnicista e ainda tendo como base a neutralidade na ciência. No campo da academia os núcleos de agroecologia são essenciais na criação e adaptação de procedimentos metodológicos e no avanço da construção de conhecimentos agroecológicos que são demandados pelos territórios de atuação (SOUZA et al., 2017).

Assim, os Núcleos desempenham papel fundamental nessa construção de conhecimento que valoriza os saberes, os territórios e as experiências, sendo pontos de resistência dentro da ciência moderna, garantindo a multidisciplinaridade e multipluralidade de áreas e sujeitos. Os núcleos trazem a perspectiva do diálogo com com sujeitos e territórios, conforme Pereira et al (2020) que destaca a importância dos núcleos de agroecologia como forma de resistir e se

dedicar a construir conhecimento valorizando as práticas das lutas e experiências do sujeito a partir das especificidades de cada território. A Agroecologia se constrói na disputa de paradigmas!

Para além da teoria, a Agroecologia vem adaptando e construindo metodologias horizontais fazem ecoar diversas vozes, percepções, saberes e racionalidades, e entendemos como descoloniais. A criatividade e potencialidade dessas metodologias permitem pôr em prática os ensinamentos de Freire (2005), na busca por uma produção coletiva de conhecimentos, referenciadas pelas vivências e necessidades de cada grupo em meio a conscientização e respeito de suas próprias realidades. Um exemplo dessas metodologias é a da Caravana Agroecológica que é um exercício coletivo focado nos territórios, como forma de evidenciar os anúncios, denúncias, conflitos, experiências de resistência e de autonomia, de organização que caracterizam os locais. A experiência consiste em mobilizar a troca de conhecimentos entre pessoas de distintos territórios a partir de trocas, intercâmbios, observações e conversas em um olhar profundo por onde as rotas passam e culminam.

Krenak (2019) em sua obra “Ideias para adiar o fim do mundo” nos mostra o quanto estamos inseridos em uma humanidade homogênea alienada de narrativa global, na qual a relação humanidade e natureza é mercantilizada. Para o autor trata-se de uma visão de mundo que abandona a experiência de vida, promovem o distanciamento do nosso lugar e extingue o sentimento de pertencimento. Assim, há processos em curso, que vêm superando os desafios impostos pelas forças hegemônicas através da automobilização e auto-organização territorial, na tentativa de ressignificar o (des)envolvimento, visto que, esse ocorre envolvendo e respeitando o outro (SAQUET, 2002, p.56). Acosta (2016) colabora trazendo a reflexão de que em contraposição ao desenvolvimento, o Bem Viver vem trazendo ensinamentos provenientes de quem está no dia dia reivindicando sua liberdade de viver:

“Se o desenvolvimento trata de “ocidentalizar” a vida no planeta, o Bem Viver resgata as diversidades, valoriza e respeita o “outro”. O Bem Viver emerge como parte de um processo que permitiu empreender e fortalecer a luta pela reivindicação dos povos e nacionalidades, em sintonia com as ações de resistência e construção de amplos segmentos de populações marginalizadas e periféricas. Em conclusão, o Bem Viver é eminentemente subversivo. Propõe saídas descolonizadoras em todos os âmbitos da vida humana. O Bem Viver não é um simples conceito. É uma vivência.” (ACOSTA, 2016, p.82)

Nessa perspectiva, a Agroecologia vem se aproximando do conceito do Bem Viver como forma de adiar esse fim de mundo e se inspirar no pensamento decolonial oriunda da sabedoria indígena. Dentre os objetivos desse pensamento, busca-se mudanças urgentes nos moldes da

sociedade, principalmente na desmercantilização da natureza e na projeção de um horizonte de mundo comunitário em que o principal compromisso seja a vida (ACOSTA, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a Agroecologia enquanto ciência, movimento e prática possibilita a práxis decolonial na problematização e transformação do cenário agrário, isso se dá a partir do reconhecimento das marcas coloniais na sociedade e a busca por alternativas de desobediência e rompimento desse paradigma colonial. Um resultado bastante relevante ao refletir os caminhos da Agroecologia como perspectiva crítica sensível do que é e pra quem é o “desenvolvimento”, na busca por destacar as contradições e descolonizar as mentes e corações.

Os processos de resistência estão presentes dentro dos territórios agroecológicos contrapondo as imposições da colonialidade. Ainda são vários os desafios, porém, a Agroecologia permite pensar em um futuro em que as colonialidades possam ser superadas.

“A descolonização é a explosão muscular, sanguínea, existencial e semântica dos corpos que batalham por liberdade” (RUFINO, 2021). Diante disso, em meio as “crises” que vêm afetando o mundo, a descolonização abre portas para se pensar além das monoculturas. Nesse sentido, seguir a Agroecologia é seguir um caminho epistemológico, filosófico, científico e político, de esforço coletivo, que aponta caminhos para construção de uma sociedade na qual os povos possam ter autonomia e soberania em seus próprios territórios.

REFERÊNCIAS

ABA-AGROECOLOGIA. **Carta Agroecológica do Cerrado**. X Congresso Brasileiro de Agroecologia. Brasília, 2017.

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Editora Elefante, Editora Autonomia Literária, 2016.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. In: **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre, v. 1, n. 1, jan/mar de 2000.

CRUZ, V. C. Geografia e pensamento decolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. (org.). **Geografia e Giro Decolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. 1. Ed. Rio de Capital, 2017: Letra Capital, 2017

DUSSEL, E. Sistema-mundo y “transmodernidad”. In: DUBE, S.; BANERJEE, I.; MIGNOLO, W. (orgs.) **Modernidades coloniales: otros pasados, historias presentes**. México: El Colegio de México, 2004. p. 201-226.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

HETCH, S.B. A evolução do pensamento agroecológico. **Agroecologia e desenvolvimento**. Ano 1. N.1. Agosto, 1993.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Companhia das Letras, 2019

LANDER, E. Europa, modernidade e eurocentrismo . In: _____. (org.). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais Perspectivas Latino-Americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 24-32.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, jan.-mar. 2002.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez, 2014.

LUZZI, N. **O debate Agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. Rio de Janeiro, CpdA/UFRRJ, Tese de Doutorado. 2007.

MACHADO, L.; MACHADO FILHO, L. **A Dialética da Agroecologia:]Contribuição para um mundo com alimentos sem venenos**. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MALDONADO-TORRES, N. **La descolonización y el giro descolonial**. Comentario Internacional, 7, 65-78. 2007. Disponível em: <https://revistas.uasb.edu.ec/index.php/comentario/article/view-/130> .

MIES, M; SHIVA, V. **Ecofeminismo: teoría, crítica y perspectivas**. Barcelona: Icaria, 2007.

MIGNOLO, W. **Histórias Globais, projetos locais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

PEREIRA, M. Agroecologia na formação universitária: da ecologia à Agroecologia e do ecossistema ao agroecossistema. **Cadernos de Agroecologia** v. 11, n. 1 2016.

PEREIRA, M. Revolução Verde. In: CALDART, R.; PEREIRA, I.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 687-691.

PEREIRA, M.; SILVA, V.; MELO, E.; SILVA, U. Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia: Tecer a Renda, Resistir e Construir Conhecimento Agroecológico. **Cadernos de Agroecologia** v.15, no 2, 2020.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais Perspectivas Latino-Americanas**. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005. p. 107-130.



RUFINO, L. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

RUFINO, L. **Vence-demanda: educação e descolonização**. 1ªed. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2021.

SAQUET, M. A. **Singularidades: um manifesto a favor da ciência territorial popular feita na práxis descolonial e contra-hegemônica**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia: Transformando o Campo, as Florestas e as Pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, V. R.; PEREIRA, M. C de B. Das colonialidades à emergência de um novo paradigma no Semiárido brasileiro desde as racionalidades camponesas: um caminhar para além do desenvolvimento? In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 55, Edição especial - Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens, 358-380, 2020.

SILVEIRA, L. M et al. Polo da Borborema: ator contemporâneo das lutas camponesas pelo território. **Agriculturas**. v. 7, n. 1, março de 2010.

SOUZA, N; FERREIRA, T; CARDOSO, I; OLIVEIRA, E; AMÂNCIO, C; DORNELAS, R. Os Núcleos de agroecologia: caminhos e desafios na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. In: SAMBUICHI, R.; MOURA, I.; MATTOS, L.; AVILA, M.; SPINOLA, P.; SILVA, A. **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília : Ipea, 2017. p. 403-43

WALSH. C. (org.). **Pedagogías Decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir** Tomo I. Quito: Abya-Yala, 2013.

ZIBECHI, R. **Territórios em resistência: categoria política das periferias urbanas latinoamericana**. 1 Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.